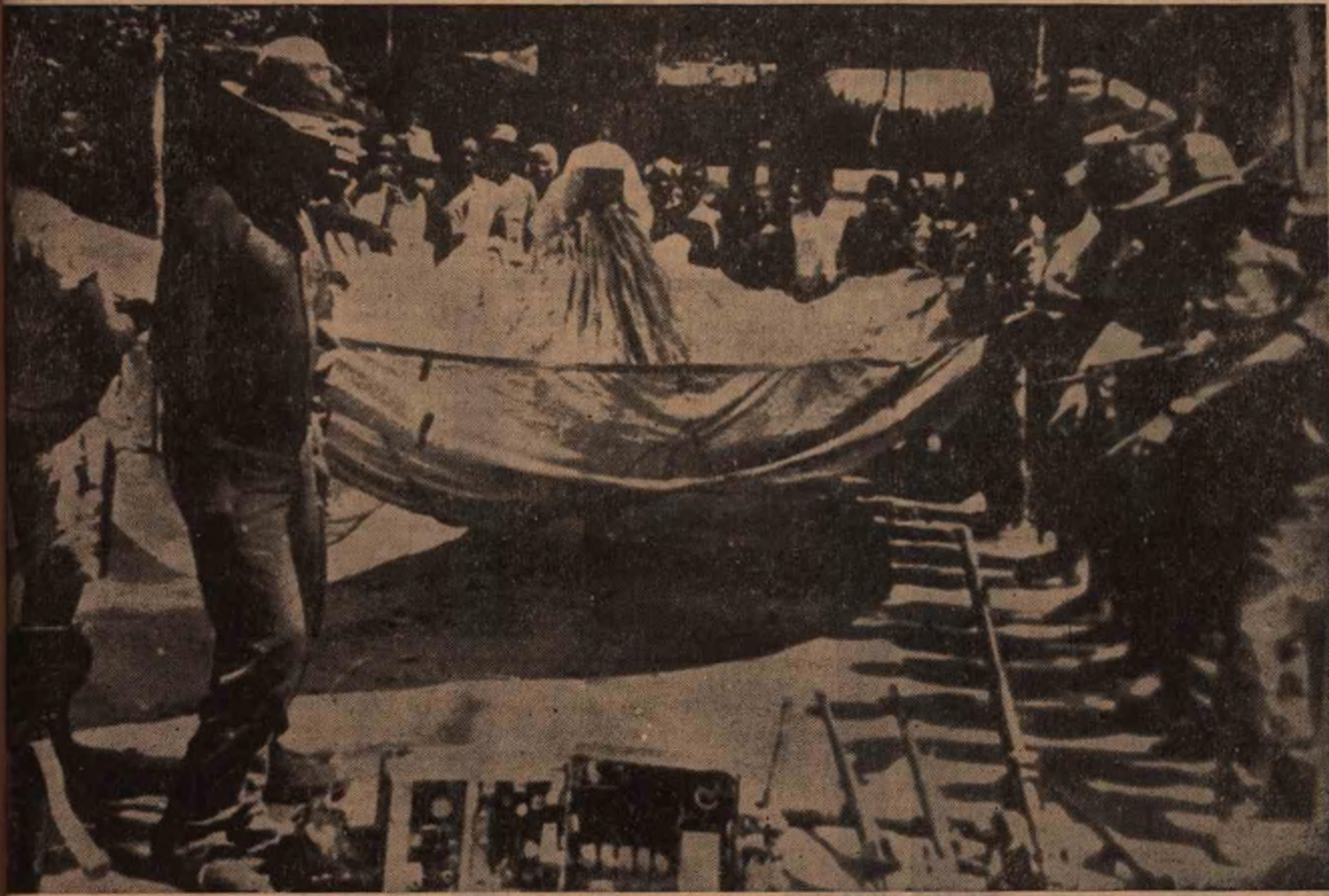




PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XII — N.º 128 — SÃO PAULO, ABRIL DE 1968 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

Protestos Contra o Destêrro para São Tomé de Mário Soares



A guerra colonial, apesar dos comunicados mistificados do governo fascista de Salazar, prossegue cada vez mais cruel e intensa. Em Angola (v. pág. 5) a zona de operações principal é agora a região Leste, onde o M.P.L.A. controla já uma área quase tão grande como Portugal. Em Moçambique, o FRELIMO tem infligido importantes derrotas ao exército colonialista. O clichê mostra os restos de um avião abatido no Norte da Colónia — no dia 6 de julho de 1966. †

Lutemos Contra a Deportação!

Não há limites para a escalada policial em curso em Portugal. É essa a primeira conclusão a tirar da deportação do dr. Mário Soares para São Tomé. O dr. Mário Soares não foi acusado da prática de qualquer acto punível pelas leis promulgadas pelo próprio regime fascista, não foi levado perante nenhum Tribunal Plenário, não sendo portanto objecto de nenhuma sentença. O fascismo não conseguiu forjar o pretexto para uma condenação; não encontrou maneira de simplificar as coisas através da aplicação das famigeradas "medidas de segurança". Mas tudo isso não bastou para evitar que a fúria criminosa do regime se abatesse sobre o dr. Mário Soares. Salazar decidiu deportá-lo sumariamente para a menor das suas colónias africanas, precisamente a de clima mais mortífero. Quem tomou a decisão, oficialmente, foi o Conselho de Ministros. Mesmo para esses dóceis capachos de Salazar não foi fácil inventar uma pseudo-fundamentação jurídica. O decreto-lei 47.216, de 24 de Setembro de 1966 — monstruosidade contra a qual têm protestado em todo o mundo os mais eminentes cultores do Direito — não podia ser aplicado. Bastaria nos seus termos um simples pedido do ministro do Interior ou da Justiça. Mas era inaplicável a Mário Soares, por prever unicamente os casos de elementos sujeitos a penas ou medidas de segurança impostas "pelos tribunais da Metrópole ou das Ilhas Adjacentes". Não seriam Tiveram então os ministros salazaristas de desenterrar o esquecido decreto-lei n.º 36.387, de 1 de Julho de 1947, pelo qual o Conselho de Ministros fica autorizado a "fixar residência em qualquer parte do território nacional aos indivíduos cuja actividade faça recear a perpetração de crimes contra a segurança do Estado". Não se mencionou, evidentemente, que "crimes" estava pensando em perpetrar Mário Soares. O comunicado distribuído à imprensa portuguesa nada esclarece. Demonstra apenas com clareza meridiana que o regime deu um passo no sentido de um terror policial sem fronteiras. Gravante, todo o cidadão que incida no desagrado do Conselho

de Ministros está automaticamente sujeito a ser deportado para qualquer ilha ou presídio em África. O objectivo desta nova escalada na Repressão é transparente. Colocado perante uma conjuntura alarmante — agravamento da guerra colonial, despovoamento do País pela emigração, deserções em massa nas Forças Armadas, custo de vida em alta permanente, agricultura em crise endêmica, estagnação no processo de desenvolvimento, déficits crescentes na balança comercial, descontentamento generalizado — Salazar enveredou pelo único caminho que se lhe oferecia: o que leva ao aumento ilimitado da Repressão. Os mecanismos do medo não bastavam já para conter a maré alta da revolta. Ao fim e ao cabo, para muitos opositores, uma breve estada na PIDE acabava por se converter num título de orgulho. Agora, com a ameaça da deportação pendente sobre o conjunto dos portugueses, pensa o ditador que seus adversários lhe darão alguma tranquilidade, pois a perspectiva do destêrro — com todas as suas dramáticas implicações de ordem material e familiar — traduzir-se-ia num fator de contenção da luta. Mas engana-se o ditador, equivocam-se todos os seus asseclas fascistas. O povo português não vai amedrontar-se; vai pelo contrário bater-se ainda com mais coragem e tenacidade contra a estrutura fascista do regime. Só o desespero poderia levar Salazar tão longe. A deportação de Mário Soares é uma tremenda prova de fraqueza e como tal devemos encarar-la. A mobilização da consciência universal contra o criminoso gesto é já um facto neste momento. Um clamor de protestos eleva-se em todo o mundo contra a escalada policial do fascismo salazarista. Nessa campanha a emigração democrática portuguesa vêm desempenhando um papel primordial. Foi essa a primeira derrota de Salazar no episódio: o destêrro-prisão de Mário Soares veio reforçar a unidade nas fileiras daqueles que o combatem. Unidos venceremos!

PORTUGAL
DEMOCRATICO

A imprensa brasileira publicou com grande relêvo os telegramas das agências noticiosas relativos à deportação do dr. Mário Soares.

A opinião pública do Brasil soube assim que, tão logo a notícia da nova monstruosidade salazarista foi conhecida, a reação nos meios políticos e intelectuais europeus foi imediata, iniciando-se uma grande campanha de solidariedade ao destacado democrata e de repulsa à escalada policial fascista.

O jornal "Folha de São Paulo", relatou as cenas registradas no aeroporto da Portela, na manhã do embarque para São Tomé do dr. Mário Soares, quando amigos seus entraram em choque com a polícia, e deu as primeiras informações sobre a repercussão da medida obscurantista em Itália e nos meios socialistas europeus, onde o advogado da família do general Humberto Delgado conta com muitas amizades.

UM TELEGRAMA AO EMBAIXADOR DE SALAZAR

Após uma reunião de elementos destacados da oposição portuguesa no Brasil, foram delineadas as linhas gerais de uma grande campanha de solidariedade a Mário Soares, realizada em bases unitárias, com o apoio de toda a emigração democrática. Como primeira consequência dessa reunião foi enviado ao Embaixador de Salazar no Rio de Janeiro, o seguinte telegrama:

Exmo. Senhor
Dr. José Manuel Fragoso
Embaixada de Portugal, Rio de Janeiro

"Alarmados com deportação advogado Mário Soares, verificada dias após sua libertação, vimos como portugueses solicitar transmita nosso veemente protesto contra inominável violência atinge cidadão sem culpa formada, que não foi condenado ou sequer levado a tribunal. Repudiamos formalmente decreto-lei nos termos do qual todo cidadão gratuitamente considerado pelo Conselho de Ministros como perigoso para a "ordem pública" fica sujeito imediata deportação. Tal decreto é uma monstruosidade jurídica incompatível com princípios elementares Direito e representa intolerável ameaça conjunto cidadãos nação portuguesa. Tentativa aniquilamento físico Mário Soares através desterro ilha clima mortífero é interpretada significando desejo impedir esclarecimento total assassinio general Delgado e cidadã brasileira Arajaryr Campos, vítimas da PIDE, como praticamente provava advogado Mário Soares. Desterro é também encarado pelos signatários como intolerável escalada terror policial vigente. Dispostos mobilizar contra essa violência opinião pública brasileira e in-

(Continua na pág. 2)

CONTRA A DEPORTAÇÃO

Lutas Populares

(Continuação da pág. 1)

ternacional, pedimos se digno como representante do Governo Lisboa informar condições de residência-prisão Mário Soares e comunicar providências tomadas a respeito comunicação aquê le democrata com mundo Exterior. Ausência resposta será interpretada por nós como adesão sua pessoa ato criminoso governo policial."

Esse telegrama, reproduzido por alguns dos mais importantes órgãos da imprensa brasileira, foi assinado pelos seguintes antifascistas portugueses: Ruy Luis Gomes, João Sarmiento Pimentel, Francisco de Oliveira Pio, Adolfo Casais Monteiro, Paulo de Castro, Castro Soromenho, Joaquim Barradas de Carvalho, Francisco Sarmiento Pimentel, Victor Ramos, Francisco Vidal, Augusto Aragão, Vitor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, Manuel Pedroso Marques, Ciriaco da Cunha e José Morgado

MANIFESTA-SE A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A opinião pública brasileira, pelo seu lado, reagiu imediatamente à deportação de Mário Soares. Uma das primeiras manifestações de solidariedade partiu da Universidade de São Paulo, cujas figuras mais eminentes enviaram ao "presidente" Américo Tomás a carta que abaixo reproduzimos:

"Excelência, Acabamos de tomar conhecimento, pela imprensa, da deportação do Dr. Mário Soares para a Ilha de São Tomé. Também pela imprensa souberamos antes que o Dr. Mário Soares fora detido pela P.I.D.E. entre o dia 13 de dezembro do ano passado e o dia 1 de março deste ano, tendo sido posto em liberdade, sem culpa formada, e sem que as entidades competentes do Governo a que Vossa Excelência preside tivessem esclarecido as razões desta detenção. Menos de vinte dias passados o Dr. Mário Soares é de novo detido, para ser imediatamente deportado para a Ilha de São Tomé. E mais uma vez as entidades competentes do Governo a que Vossa Excelência preside calam as razões do que se nos afigura uma arbitrariedade e uma violência. A imprensa fala da Ilha de São Tomé, como da Ilha da Morte. A mesma imprensa diz ainda que a deportação do Dr. Mário Soares para essa Ilha de clima mortífero fora decidida em Conselho de Ministros ao abrigo de um decreto que somos levados a classificar de monstruoso, segundo o qual qualquer cidadão português considerado "perigo para a ordem pública" pode ter o mesmo destino do Dr. Mário Soares.

Da arbitrariedade e prepotência de tal medida responde a própria vida exemplar, como homem, como intelectual, e como cidadão, do Dr. Mário Soares. Neste momento advogado da família do General Humberto Delgado, e trabalhando no apuramento dos responsáveis de crime tão odioso, é um jurista conhecido no foro internacional, um publicista autor de vários estudos que honram a inteligência portuguesa, um democrata e cidadão ímpoluto que mercê da obstinada coerência entre o seu pensamento e os seus atos nunca fugiu às suas responsabilidades cívicas, pagando esta invulgar coerência e honradez com mais de uma dezena de prisões, em que na totalidade das vezes, ou na quase totalidade, nada se provou contra ele, não tendo sido sequer levado a Tribunal, e não tendo sido sequer possível condená-lo. É este homem, um dos melhores filhos de Portugal que o Governo a que Vossa Excelência preside acaba de deportar para a Ilha da Morte.

Esta violência extrema dá-se no momento em que o Acórdão Cultural Luso-Brasileiro acaba de ser ratificado, como que a mostrar-nos à evidência que esse acórdão nunca poderá passar de uma formalidade sem sentido. O Acórdão não pode coadunar-se com tão odiosa perseguição ao que de melhor existe na inteligência e no carácter portugueses. O Acórdão não pode coadunar-se com perseguições aos melhores filhos de Portugal.



Mário Soares

Perante este ato monstruoso que fere frontalmente os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, nós Professores Universitários, cidadãos da Pátria irmã, muitos de nós filhos ou netos de portugueses, não podemos deixar de manifestar veementemente a nossa indignação e a nossa repulsa.

A libertação imediata do Dr. Soares poderia ser um princípio de prova de que para o futuro o diálogo e a plena comunhão seriam possíveis entre as culturas portuguesa e brasileira.

Respeitosamente, Eurípedes Simões de Paula (Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); Diretor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; Professor Catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); João Cruz Costa (Professor Catedrático de Filosofia, aposentado, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); Sergio Buarque de Hollanda (Professor Catedrático

Francisco Vidal

A partir deste número, passou a fazer parte do Conselho de Redação de "Portugal Democrático" o nosso companheiro Francisco Vidal. Formado em Engenharia pela Universidade de Berlim, Francisco Vidal, que tem desenvolvido, como jornalista, uma atividade intensa na denúncia da engrenagem da Saúde Pública em Portugal, vem participando ativamente no Brasil, nos últimos dez anos, da luta travada pelos democratas portugueses contra o fascismo e o colonialismo salazaristas.

co de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), Paula Beiguelman (Professora da Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), Florestan Fernandes (Professor Catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), Ernst W. Hamburger (Diretor do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); Professor da Cadeira de Física Aplicada da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); Samuel Pessoa (Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo); José Arthur Giannotti (Professor de Filosofia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); Leocício Martins Rodrigues (Diretor do Centro de Estudos Sociais e Industriais e do Trabalho da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); Professor de Sociologia Industrial da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); Octávio Ianni (Professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo); Emília Viotti da Costa (Professora de Teoria da História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo); Bento Prado Junior, Professor de História da Filosofia da Faculdade de Filosofia da U.S.P.; Osvaldo Porchat Pereira, (Professor de Filosofia da Faculdade de Filosofia da U.S.P. e Paulo Duarte (Diretor do Instituto de Pré-história da U.S.P.).

CENTRO DEMOCRÁTICO ESPANHOL

Damos a seguir a constituição da Junta Diretiva do Centro Galego-Centro Democrático Espanhol, eleita para o exercício de 1968 na última Assembléa Geral realizada naquela coletividade amiga:

Presidente, JOSÉ B. VENDRELL; Vice-Presidente, FERNANDO SERRANO SARRIA; Secretário, GABRIEL ZABALETA; Vice-Secretário, GABRIEL OTAMENDI; Tesoureiro, JOSÉ BENITO; Vice-Tesoureiro, ANGEL ESPINOSA; Bibliotecário, JUAN BLANCO; Vice-Bibliotecário, RAFAEL PRIETO; Vogais: HENRIQUE CASANAS; ALFONSO GASCON; FELIX NIETO; ANGELES DURÁ, MARIA DELFINA DOS REIS ZABALETA, EMILIO BELLIDO, RUFINO FERNANDEZ e ANTONIA PRADA; Revisores de Contas: JESUS LOPEZ TRIGUERO, FRANCISCO ARQUERO e GINÉS PÉREZ ROMERO.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,30 e 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

COMPANHIA DAS ÁGUAS DE LISBOA — Depois de uma luta que começou há dezoito meses atrás, o pessoal da Companhia das Águas de Lisboa, empresa monopolista formada no mais puro estilo fascista, conseguiu finalmente os almeçados aumentos dos mínguaos salários que vinha percebendo há muito. Esses reajustes, porque na realidade não se trata de aumentos se tivermos em vista a inflação que nos últimos anos tem corroído a economia portuguesa, fixaram-se na base dos Esc. 1.000\$00 mensais, o que na realidade é considerado por demais insuficiente, uma vez que em absoluto, já não correspondem às mínimas necessidades dos assalariados, face ao constante aumento do custo de vida. Como sempre acontece nas sociedades onde as oligarquias mandam e desmandam a seu bel prazer, as reivindicações dos trabalhadores só são atendidas depois de meses, e não raro, anos de porfiadas lutas; os empregadores apenas pretendem postergar ao máximo a concessão do que eles — na sua ignorância e na sua maldade — consideram como reclamações "fora de propósito". Quando, premiados pelas circunstâncias, são finalmente obrigados a ceder a uma parte do que se pretende, pois sempre atendem apenas uma parte, nunca o total reclamado, a "concessão" não vale mais grande coisa, pois enquanto a galopante inflação tudo engoliu. É de esperar por isso que os trabalhadores da Cia. das Águas estejam já empreendendo nova luta por salários mais altos, insuficientes que foram os reajustes finalmente concedidos, enquanto os diretores e altos funcionários da empresa, bem como os acionistas da mesma, vêm os seus lucros aumentar cada vez mais, graças aos constantes e escandalosos aumentos das taxas.

AINDA A CUF — Na celebrada CUF, esse empório de oligarcas que detém economicamente uma grande parte da nossa Pátria, registrou-se uma nova ofensiva patronal no sentido de se conseguir "aumento de produtividade"! Essa ofensiva é particularmente sensível no setor têxtil, onde os operários são na realidade provocados pelos engenheiros e encarregados. Parece existir um tal "Barriga" que representa "o máximo" em atitudes as mais grosseiras, em especial com relação ao pessoal feminino. As condições de trabalho na CUF foram desde sempre consideradas desastrosas; basta dizer-se que nem sequer existe local apropriado para se fazerem as refeições, uma vez que os refeitórios, não se sabe porque razão, são acessíveis somente ao pessoal do horário geral. Os mais fortes protestos têm sido verificados, sem que a "alta administração" da empresa, como sempre insensível aos anseios dos que trabalham e lhe aumentam os já tão grandes "rendimentos" tome conhecimento do que se passa e providencie de forma cabível. Na CUF, na seção de expedição de adubo, a situação é de tal ordem que os trabalhadores são obrigados a comer sentados no chão dos balneários, logo em condições inteiramente anti-higiênicas!

AINDA A CATÁSTROFE DE LISBOA — A campanha de solidariedade empreendida pelo povo com relação aos sinistrados da catástrofe que enlutou

Lisboa está em plena progressão. Como é do conhecimento geral o governo não só procurou minimizar os efeitos da tromba de água que inundou a capital portuguesa e os seus arredores, como se mostrou totalmente preparado para socorrer aqueles que, vendo morrer os seus entes mais queridos, se encontraram de um momento para o outro desprovidos de lar. Em face deste desinteresse e insensibilidade oficiais foi o povo quem espontaneamente tomou a iniciativa de organizar movimentos de solidariedade, tornando realidade em especial através das associações de estudantes, que a eles se lançaram com o maior entusiasmo. Há o maior descontentamento na população lisboeta pela insensibilidade oficial, comentando-se que "nada foi feito para socorrer os que tudo perderam" e, sem dúvida como um dos aspectos mais graves da questão, "nada está sendo feito para que, no futuro, se evite a repetição das consequências de outro acidente deste tipo".

AS MISERICÓRDIAS E A ASSISTÊNCIA — Como se sabe as Misericórdias em Portugal quem, na grande maioria dos casos, presta à nossa pobre gente a assistência médica de que ela necessita, pois os hospitais oficiais são poucos e na maior parte das vezes funcionando precariamente. Chegamos agora a notícia que mais um destes estabelecimentos está à beira da falência. Trata-se do Hospital do Espírito Santo, de Évora, cujas dívidas atingiram já a elevada soma de 6.000 contos! A Misericórdia de Évora, como as demais do País, recebe um subsídio do Governo, neste caso de 437 contos por ano! Como as outras tem de recorrer praticamente à caridade pública, se quiser continuar a socorrer os que precisam da assistência médica e não têm recursos para a pagar. Estes subsídios são ridículos e, normalmente, não representam nem um décimo das importâncias que deveriam atingir, recusando-se o Governo sempre a aumentá-los. É realmente a miséria.

Livros e Publicações

Em França, por iniciativa de democratas portugueses residentes naquele país acabam de ser editadas três publicações cuja leitura recomendamos aos nossos amigos e assinantes. São elas: "Les luttes de classes au Portugal à la fin du Moyen Age", de Álvaro Cunhal (edição em francês); "Vidas Novas", contos inéditos de Luandino Vieira; e "Vietnam fala a Portugal", entrevistas de dois dirigentes vietnamitas à Rádio Portugal Livre.

A publicação do livro de Luandino Vieira, além de constituir um acto de solidariedade a um grande escritor condenado pelo governo de Salazar a 14 anos de prisão, é também uma contribuição ao mais perfeito conhecimento da luta do povo angolano contra o colonialismo. A obra de Álvaro Cunhal é um importante estudo de investigação científica sobre um período da nossa história totalmente deturpado pelos historiadores fascistas.

Os pedidos devem ser endereçados a Mme. Odete Carvalho, Square 8 Edmond Barbaçon, 92, Bagneux, França.

Nolas e comentários

Acordos Brasil-Portugal

Os Acórdos Cultural e Comercial assinados a 7 de setembro de 1966 em Lisboa pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Salazar foram ratificados no dia 21 de Março pp. durante duas cerimónias idênticas no Rio de Janeiro e em Lisboa.

Os democratas portugueses do Brasil sabiam que a troca dos instrumentos de ratificação estava eminente e que dificilmente seria adiada a formalidade que viria oficializar a vigência dos Acórdos. Entenderam, entretanto, que era seu de manifestar uma vez mais a posição diante desses Acórdos, por considerarem que eles não correspondem aos interesses da Nação portuguesa e que podem também vir a prejudicar o prestígio do Brasil em África. Nesse sentido foram elaborados os documentos que publicamos na outra página, endereçados respectivamente ao ministro das Relações Exteriores do Brasil e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Outro mérito não tivesse essa tomada de posição e dela poderíamos tirar orgulho pelo simples facto de constituir uma demonstração magnífica de unidade. Como sempre acontece nos momentos em que é necessário, verificou-se que as personalidades mais representativas da emigração política portuguesa radicada no Brasil fizeram frente comum, apondo as suas assinaturas nos documentos em questão. Daí pode pelo menos o Governo deste grande País extrair uma conclusão; os anti-salazaristas portugueses são contrários aos Acórdos e estão convictos de que interpretam os sentimentos do povo de Portugal e dos povos das nações africanas subjugadas pelo colonialismo salazarista. Mas a iniciativa teve outras consequências. A imprensa brasileira divulgou com relêvo os documentos a que acima aludimos. E a impressão que eles causarão na opinião pública foi suficientemente forte, para que a primeira pergunta feita ao ministro das Relações Exteriores do Brasil quando, no dia seguinte à ratificação dos Acórdos, compareceu ao mais famoso programa de televisão do Brasil, tenha versado precisamente sobre a carta que lhe havia sido enviada pelos democratas portugueses.

Resta-nos dizer que a maioria dos observadores políticos se acha persuadida de que, embora teoricamente em vigor, os Acórdos só parcialmente serão aplicados. No caso concreto do Acórdo Comercial não se acredita que venha a ser sequer elaborada a regulamentação indispensável à execução da maioria dos seus dispositivos, nomeadamente a abertura de "zonas francas" do Brasil nos portos de Angola e Moçambique.

Salazar e os "excedentes"

A situação universitária brasileira — de um país em contínua expansão que não consegue atender ao anseio de cultura das

sucessivas camadas que o surto populacional traz cada ano às portas das faculdades — criou neste país uma figura que nenhum brasileiro desconhece: o excedente. O estudante que, tendo sido aprovado nos exames vestibulares, não consegue vaga nas escolas superiores, representa hoje um problema nacional. Dramas pessoais familiares, repercussões de ordem política — tudo contribui para projetar o caso dos excedentes durante algum tempo para o primeiro plano do cenário brasileiro.

No ano passado, o governo de Salazar, compreendendo o capital de boa vontade que uma medida dessas lhe traria, ofereceu a alguns estudantes nessas condições — nomeadamente de Medicina — a possibilidade de se matricularem em faculdades portuguesas. O oferecimento, como era de esperar, foi recebido de braços abertos. A imprensa salazarista no Brasil explorou-o longamente, insistindo na tecla de que "ao contrário do Brasil, o Portugal de Salazar não nega lugar no ensino superior para quem pretenda estudar". Conhecendo a situação universitária portuguesa, a posição catastrófica em que se encontra sob o fascismo, as dificuldades insuperáveis que enfrenta, pudémos prever, logo na altura, o que iria acontecer: ou Salazar não poderia, em boa lógica, manter a oferta, ou a faria em detrimento dos estudantes portugueses, acabando por criar uma situação de rivalidade entre a juventude dos dois países. Notícias de Portugal vêm agora confirmar que a nossa previsão se verificou: cerca de 1.000 estudantes brasileiros acham-se em Lisboa, Porto e Coimbra, em difícil situação material; as ofertas do salazarismo, na sua maior parte, não foram cumpridas; o clima de opressão que rodeia os brasileiros é insuportável. Uma agência notícia, nomeadamente, a vigilância que sobre eles exerce a Polícia Política salazarista.

Estas notícias vêm demonstrar mais uma vez, que não passava de grosseira demagogia a oferta do fascismo português. Demagogia que, neste caso, é verdadeiramente criminoso, pois explora cínicamente, para propaganda de um regime decrépito, o sentimento de frustração de centenas de jovens brasileiros, aos quais a universidade do seu país não pôde abrir as portas.

Brasileiros para Angola e Moçambique

Notícias de Lisboa deitam conta, recentemente, de uma proposta do governo de Salazar no sentido de proporcionar "trabalho" a duzentos mil brasileiros, em Angola e Moçambique. Conhecida como é no Brasil a situação de guerra em que se acha mergulhada boa parte destas duas colónias portuguesas, o assunto provocou grande repercussão neste país. Rádio, televisão, jornais, alertaram a opinião pública, mostrando o perigo a que se exporiam os brasileiros que porventura aceitassem trabalho na África de Salazar.

Cerca de uma semana depois, as agências telegrafavam de

Lisboa uma espécie de retificação que, afinal, não só confirmava a primeira notícia, como ainda vinha colocar o assunto num plano descaradamente mais claro: "a proposta portuguesa para que duzentos mil brasileiros venham trabalhar em Angola e Moçambique, constituiria apenas uma medida de defesa do governo de Lisboa, tendente a limitar a penetração de guerrilheiros em suas províncias de ultramar". Ai está portanto, já sem os subterfúgios da primeira versão o que realmente se achava por detrás da desinteressada proposta de trabalho. Agora que o caso ficou bem claro Salazar pode esperar sentado a resposta dos duzentos mil trabalhadores brasileiros. Estes vão responder-lhe com um gesto de braço que, indo talvez ferir os pudores do ditador, tem contudo uma vantagem: é igualmente compreensível dos dois lados do Atlântico...

A Embaixada de Portugal ao serviço da PIDE

O pasquim fascista "A Voz do Portugal" — vulgo a "Voz do Dono" — reagiu à sua maneira à campanha de solidariedade da imprensa brasileira aos intelectuais portugueses que estiveram recentemente presos. Sob o título "Estavam presos para averiguações e foram postos em Liberdade", publica a folha salazarista uma nota sobre o caso, como se prender alguém para "averiguações", sem culpa formada, durante mais de 40 dias fosse a coisa mais normal e legal do mundo...

Manifestando-se especificamente sobre a prisão do escritor Urbano Tavares Rodrigues, escreve a "Voz do Dono" (10-3-1968) que "em alguns jornais, imediatamente os presos generam anunciando que Urbano Tavares Rodrigues estava seriamente enfermo e que o Governo o mantinha preso apesar disso". E acrescentava, depois de várias sandices: "A respeito, informações obtidas por intermédio da Embaixada de Portugal, esclarecem: 1 — O estado de saúde do sr. Urbano Tavares Rodrigues, já libertado, é absolutamente normal; 2 — Os médicos que o examinaram não recomendaram ou sequer sugeriram o seu internamento em clínica ou Hospital; 3 — Ele próprio não o pediu".

Sabíamos já que a inteligência primava pela ausência entre os escribas da "Voz do Dono". O que ainda não sabíamos era que as ligações entre a Embaixada de Portugal e PIDE haviam atingido tal grau de intimidade. Só a PIDE, efetivamente, pode ter fornecido à Embaixada esse amontoado de falsidades, que foi pressurosamente comunicado ao jornalco. Os fatos são bem outros: . . .

1 — O dr. Urbano Tavares Rodrigues saiu da prisão com 10 quilos a menos pesava 60 ao entrar e 50 ao ser libertado) e em tal estado que mal podia locomover-se. Perdera também praticamente a memória; 2 — Se a sua saúde era normal, não se percebe como e porque o examinaram os médicos e porque motivo o professor Fernando da Fonseca o visitou em carácter de urgência; 3 — Sobre a atenção que a PIDE dá aos pedidos de internamento em hospital apresentado por presos políticos são supérfluos quaisquer comentários.

É simplesmente deplorável que o Embaixador José Manuel Fragoso se preste ao papel de

porta-voz da PIDE. O fato prova uma vez mais que não é possível servir a ditadura fascista de Salazar sem se perder a dignidade.

E, para darmos o assunto por encerrado, uma informação: o telegrama que anunciava a libertação do dr. Urbano Tavares Rodrigues, expedido em Lisboa no dia 2 de Março, só foi recebido em São Paulo no dia 5. Quem o reteve durante três dias? Seria aconselhável que o Embaixador tratasse de averiguar-lo junto da PIDE, para informar a "Voz do Dono".

Guerra Colonial e Despesas Públicas

As estatísticas oficiais de Salazar que neste ponto não pecam evidentemente pelo exagero, revelam que nos últimos 3 anos os gastos com a criminoso guerra colonial se elevaram a 48% da totalidade do orçamento em 1965, 53% em 1966 e 52,5% em 1967. Para este ano prevêem os técnicos em finanças do salazarismo uma despesa bélica da ordem de 49%. O orçamento militar atingiria em 1968 a cifra de 8 bilhões 73 milhões e 500 mil escudos, que é a mais alta de toda a História de Portugal!

Para poder atender à escalada de guerra em preparação, o "mago das finanças" prevê que um bilhão e duzentos mil escudos entrarão nos cofres do Estado em consequência do tristemente famoso imposto sobre transações, de retido em agosto de 1966. Este imposto, como era de esperar, tem feito baixar assustadoramente o nível de vida

das classes trabalhadoras. No ano passado, os impostos indiretos, que acabam finalmente por atingir os mais desfavorecidos pela fortuna, passaram de 4.093.600.000 de escudos (em 1966) para 5.297.000.000, ou seja uma diferença de um bilhão e 23 milhões de escudos. O imposto de renda, que em Portugal atinge apenas as camadas mais abastadas, aumentou no mesmo período apenas a importância ridícula de 19 milhões de escudos! Assim, confirma-se pela frieza dos números aquilo que o povo português há anos sente dolorosamente na carne: são os impostos que atingem as mais humildes camadas da população aqueles que o ditador aumenta para financiar a sua guerra.

Além desta discriminação, o orçamento oficial, se bem observado, fornece-nos outras provas de malbaratamento dos dinheiros públicos. No Plano de Fomento prevê-se despesas da ordem de 11 milhões e meio de contos para o desenvolvimento do turismo, enquanto a construção de habitações e a urbanização atingem apenas 8 milhões e a educação menos de seis milhões. Não se nega que o turismo deva, evidentemente, ser incrementado. Mas o que não pode admitir-se é que esse incremento se verifique em detrimento e com sacrifício total das atividades essenciais à nação. O ditador, entretanto, esbanja dinheiro neste setor porque precisa, num plano imediatista, dos dólares, dos marcos, dos francos e das libras dos turistas, para ajudá-lo a saldar o deficit assustador da sua balança comercial. Os dados que mostramos, todos extraídos das estatísticas oficiais, vêm confirmar, se ainda fôr necessário, como será pesada em todos os setores, a herança deixada aos democratas portugueses pela acumulação de crimes e erros do salazarismo.

EM BRAZAVILLE

Os Democratas Portugueses merecem o nosso respeito

-- afirmou AGOSTINHO NETO

Durante uma Conferência de Imprensa que realizou recentemente em Brazaville, o dr. Agostinho Neto, presidente do M.P.L.A., fez declarações que interessam de modo muito especial ao povo português e que são uma reafirmação da clara distinção que os patriotas angolanos fazem entre o povo de Portugal e o governo fascista e colonialista que os oprime.

Eis as palavras do presidente do M.P.L.A. a que aludimos: "O Povo simples de Portugal — disse — explorado sob um regime fascista pelos monopólios que se encontram nas mãos de um punhado de capitalistas nacionais e estrangeiros, compreende o carácter injusto desta guerra e participa nela sem entusiasmo (à excepção de alguns fanáticos odiados pelos seus próprios companheiros). Quanto mais a guerra dura, mais importantes são as deserções do Exército dum parte da juventude portuguesa que emigra em número apreciável para países da Europa, ou que deserta do campo de batalha para não sujar as mãos na defesa da política criminoso de Salazar. As celas da PIDE em Angola e Portugal, assim como as prisões militares, estão cheias destes jovens que se recusam a combater contra os Povos pacíficos

das colónias, em Angola, na Guiné e em Moçambique.

Este facto é tão mais encorajante quanto é certo que o MPLA não dirige a sua luta contra o Povo Português, éle próprio vítima da exploração e com o qual não há problemas insolúveis; o MPLA luta contra o regime fascista que persiste em manter o anacrónico sistema colonial. Lutamos contra a exploração colonial — sublinhou Agostinho Neto — não lutamos contra o Povo Português, cuja luta contra o Fascismo se inscreve no quadro da luta contra a exploração e contra a miséria, pelo progresso e pela Paz.

É justo prestar homenagem às organizações democráticas portuguesas, que fazem tudo o que podem para mobilizar o seu Povo contra esta guerra cruel, apesar dos perigos e dos sofrimentos que esta atitude comporta.

Lutando contra o Fascismo e contra a guerra colonial, as organizações democráticas portuguesas merecem o nosso respeito e a nossa admiração. Elas dão uma contribuição positiva ao estabelecimento futuro de relações justas entre os nossos Povos, baseados no reconhecimento do direito à independência e à soberania nacional, na igualdade e no respeito mútuo".

Salazar na Imprensa Internacional

Métodos

Em setembro de 1966, o Brasil firmou com Portugal vários acordos comerciais, econômicos e culturais. Chegou-se inclusive a falar, naquela oportunidade, na existência de uma cláusula secreta, de natureza militar, que, naquele período, jamais foi desmentida, fato que só veio a ocorrer no atual Governo. Os acordos celebrados deveriam ter sido submetidos à aprovação do Congresso Nacional. Como não o foram, o sr. Franco Nogueira, chanceler de Salazar, veio ao Brasil tentar a sua ratificação. Regressou a Lisboa de mãos vazias. Posteriormente à sua torna viagem, um grupo de trabalho da Casa de Rio Branco elaborou minucioso relatório sobre os acordos, provando a sua absoluta inviabilidade. Um deles, por exemplo, prevê investimentos brasileiros em Angola. De contrapartida, teríamos a exploração de petróleo e cobre naquela colônia ou, se preferirem o eufemismo farisaico, na "provincia de ultramar". Ora, País carente de capitais para inversões em seu próprio território, o Brasil não tem como pôr em prática o referido convênio. Não tem esse acordo, portanto, como ficar de pé, a não ser que seja instrumento de operações trian-

Militares Brasileiros Contra o Colonialismo

A política colonialista do governo português não tem o apoio de militares e professores universitários brasileiros, que se identificam com a posição do Governo brasileiro, contrária à linha política do regime salazarista, em relação a libertação de Angola, Moçambique, Guiné Portuguesa e Cabo Verde.

O coronel Tito Avilez, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro e do Instituto de Seleção e Orientação Profissional, declarou que "Portugal vai perder as colônias ultramarinas, a despeito de qualquer apoio ou não que o Brasil lhe possa dar eventualmente. A História não pode ser alterada no contexto mundial pela simples vontade dos portugueses. Todos os povos do mundo têm o desejo natural de dirigir os seus próprios destinos. E este é o caso das colônias portuguesas".

TUTELA

Frisa ainda o professor que "nenhum povo admite a tutela de forças estranhas, mesmo que estas tenham um suporte político, econômico ou até militar. A posição do Governo brasileiro de não apoiar o colonialismo português está certa, pois o Brasil sabe que é impossível contrariar a natural evolução dos acontecimentos, que atingirá o próprio governo português, sejam quais forem as dificuldades de hoje".

Diz mais o educador, que "Portugal deve libertar suas colônias, e mais: enfrentar realisticamente a situação, o inevitável, intensificando seu intercâmbio econômico com o resto da Europa e com o Brasil. Mas, em uma palavra, a única saída para Portugal é libertar definitivamente todas as suas colônias, sem se desgastar ainda mais".

gulares, que se disfarçarão com o nosso rótulo. Do exame dos textos então assinados resulta que seu único objetivo foi dar cobertura à política colonialista de Salazar. Como a opinião pública e a tradição externa nacionais são anticolonialistas, o meio de atingir os objetivos ocultos era escamoteá-los num tratado de cooperação econômica. Mas a sua inviabilidade começou a emergir do fracasso da visita que ao nosso País fez o sr. Franco Nogueira. O relatório, agora elaborado pelo Itamarati, não faz senão confirmá-la, através de análise objetiva, realista. Tanto bastou para que o lobby do ditador português, instalado na Guanabara, entrasse em ação, pelos métodos que lhe são usuais: inquirir de subversivos os diplomatas brasileiros que fizeram a autópsia dos acordos políticos de 1966.

A solidariedade e o carinho do Brasil pelo povo português não se confunde com a ação obscurantista de Salazar na África e na Ásia. Ao reconhecer esta verdade, devemos dizer que o primeiro dever de nossa política externa é com o Brasil — orientar-se no sentido de atrair capitais para o nosso País, e não de exportar o de que carecemos, sobretudo quando essa exportação serve ao colonialismo". (in "Correio da Manhã", Rio de Janeiro)

COERÊNCIA

O general Frederico Rondon, presidente do Instituto de Colonização Nacional afirmou que "a política exterior do Brasil tem de ser coerente sendo contra o colonialismo na Organização das Nações Unidas". Saliu o general que "o Brasil é tradicionalmente anticolonialista".

Já o general Darci Villaça, o professor de Organização Social e Política e de Direito, da Escola de Estado-Maior do Exército e da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, e membro do Conselho Estadual de Educação da Guanabara, afirmou que "a política do Governo brasileiro de não apoiar a linha colonialista de Portugal é a única certa. O Ministério das Relações Exteriores está muito bem orientado neste sentido".

CAMINHO NATURAL

Sobre a libertação das colônias ultramarinas de Portugal disse o general Villaça que "este é o caminho natural daquelas colônias, mesmo porque Portugal não deve ter elementos para conservá-las. A Inglaterra e a França perderam suas colônias embora tivessem condições para mantê-las por mais algum tempo do que Portugal, em relação às suas. Portugal já não possui nem condições para evitar a libertação de suas colônias. E a própria política exterior brasileira se baseia nesta realidade".

O professor da Universidade Federal do Ceará, Waldir Chagas, e membro do Conselho Federal de Educação, disse que "a política brasileira contrária ao colonialismo português na África é a única possível de quem já foi colônia e deixou de sê-lo, felizmente. E mais: a descolonização é um fatalismo do nos-

so século. Sou a favor da independência imediata de Angola".

COLABORACIONISMO, NÃO

Para o professor Mário Pedrosa, da Escola Nacional de Belas-Artes, "a única posição do Brasil certa é não colaborar com o colonialismo português. Se o fizer, o Brasil estará negando-se a si mesmo e ao seu próprio destino".

Sou a favor da independência de todas as colônias de Portugal e dos outros países colonialistas. Estamos assistindo a uma revolução mundial contra o colonialismo. Esta revolução não cessará senão quando a bandeira da independência levantar-se sobre o último território colonialista que existir. A independência das colônias levará à queda da ditadura salazarista".

EXEMPLO

O Brasil foi uma das primeiras colônias a se rebelar no século passado. A repercussão da política externa brasileira quanto à luta das colônias pela independência tem repercutido favoravelmente nas nações africanas. E a África acompanha com indubitável interesse o esforço das nações da América Latina para superar o desenvolvimento. Os africanos depositam confiança no Brasil pela sua solidariedade à luta contra o colonialismo, já agora dentro do seu próprio país, na Amazônia, pois o próprio ministro Albuquerque Lima, do Interior, já denunciou que "a Amazônia está em vias de ser ocupada", promovendo esforços para que ela seja ocupada, mas por brasileiros identificados com sua significação.

BRASIL-PORTUGAL

O Brasil não apoia a política colonialista de Portugal mais por realismo político do que por convicção, ainda que o Governo brasileiro seja anticolonialista através da linha política do Ministério das Relações Exteriores e mais particularmente do ministro do Exterior. Portugal deveria compreender que a partir da Segunda Guerra Mundial e principalmente a partir de 1960 — considerado o ano da África — mudaram radicalmente as diretrizes, e conceitos nos quais se apoiavam as "nações livres" ou ditas independentes e superdesenvolvidas em relação ao colonialismo. Não há mais condições para se sustentar uma política apoiada na economia colonialista. A humanidade evoluiu, não procurando no colonialismo a saída ultrapassada para suas crises econômico-sociais.

Não há na África uma civilização francesa, inglesa ou portuguesa, apesar do domínio da França, Inglaterra e Portugal sobre o povo africano. A África tem seus valores culturais próprios, que obstruem totalmente a investida colonialista portuguesa. E, conseqüentemente, Portugal sente dificuldade para sustentar uma política colonial, insistindo em manter sob sua tutela a Guiné, Moçambique e Angola. A política salazarista já sofreu várias humilhações em relação às colônias. Salazar perdeu Goa, está obtendo derrotas políticas em Macau, sem se alinhar ao lado da França e Inglaterra e libertar suas colônias". (Hélio Contreiras, in "Correio da Manhã", 10-3-1968).

Crise e êxodo em Portugal

"Mais de um milhão de pessoas abandonaram nos últimos sete anos as zonas rurais de Portugal. O próprio governo de Salazar admite que este êxodo para Lisboa, Porto e principalmente o exterior, tem três causas fundamentais: a) busca de melhores salários; b) falta de escolas; c) deficiências nas habitações e instalações sanitárias. O número de portugueses que deixaram as áreas rurais entre 1950 e 1960 foi equivalente ao do período de 1920 a 1950. Até 60, o êxodo foi principalmente para a capital e a cidade do Porto. Desde então, a emigração para o exterior passou à dianteira.

O governo, para melhorar o nível de vida nas regiões rurais, anunciou novo plano de desenvolvimento. Através dele serão destinados 1.200 milhões de escudos para a eletrificação do interior, 400 milhões de escudos para o fornecimento de águas às casas, 960 milhões de escudos para melhorar as estradas e 180 milhões de escudos para instalações sanitárias e sistemas de drenagem. As verbas estão abaixo das necessidades.

Segundo uma revista iugoslava, o chamado caso Profumo português está abalando as bases do regime salazarista. Importantes figuras do governo, inclusive Correia de Oliveira, ministro de Finanças, estão envolvidos numa rede corruptora de menores, diz a revista.

A revista diz que este é o ano decisivo para o regime de António Salazar. Depois de 40 anos de poder e aos 80 anos de idade, Salazar encontra-se no leme de um navio que está deixando entrar água de todos os lados. A economia está decadente, o custo de vida subindo, os capitais estrangeiros retirando-se do país e o descontentamento é geral".

"O escândalo — afirma a publicação — chegou na pior hora

possível. Quando soube, Salazar ordenou o máximo sigilo nas investigações e todo o material coletado é entregue diretamente a ele".

(in "Jornal da Tarde", "O Estado de São Paulo 7-3-68)

A PIDE Liberta Prêsoes Políticos

Foi na quarta-feira, um telegrama da AIP de Lisboa, que notificou a libertação de Urbano Tavares Rodrigues, ex-professor universitário, escritor e crítico, colaborador de "A Tribuna", do líder católico Francisco Souza Tavares e do advogado Mário Soares. Isto ocorreu em fins da semana passada. Felizmente, a libertação de Urbano Tavares Rodrigues ocorreu em tempo; como noticiamos, ele estava enfermo e apesar de se pedir que fosse operado fora do cárcere, as autoridades, a célebre PIDE — Polícia Política — não queriam que ele fosse submetido à intervenção cirúrgica a não ser na cadeia. O que é o modo mais burro de pensar, se a tal decisão se pode chamar de pensamento e de burrice, se não é mais do que isso, na maldade gratuita que extravaza.

Mas, deixemos o fóro íntimo da PIDE, que não o tem, e vejamos outras intimidades do caso, conforme nos vem no mesmo telegrama da Associated Press, agência que deve merecer todo o conceito dos portugueses. Diz lá pelo fim do despacho, ("O Estado de S. Paulo", pág. 9 — 6-3-68) textualmente:

"A suposição mais generalizada sobre a nova onda de prisões é a de que os detidos são suspeitos de fornecer informações a jornalistas estrangeiros sobre um escândalo de corrupção de menores, no qual estariam envolvidos altos funcionários e personalidades do regime".

(Continua na pág 6)

libertemos

PIRES JORGE
DIAS LOURENÇO
BLANQUI TEIXEIRA

AMNISTIA PARA OS PRESOS POLITICOS

NO LESTE DE ANGOLA

O M. P. L. A. CONTROLA JÁ UMA ÁREA DE 80.000 Km2.

Em 1967 a situação militar em Angola piorou extraordinariamente para o colonialismo. Embora os comunicados oficiais não façam praticamente referência ao que acontece na fronteira longínqua do sudeste, o facto é que o Movimento Popular de Libertação de Angola controla já nessa região pouco povoada uma área quase igual à superfície de Portugal.

Para que os nossos leitores façam uma ideia do que se passa no Kuando-Kubango transcrevemos abaixo alguns parágrafos de que a respeito vem publicado no número especial do Boletim "Angola em Armas", dedicado ao 7.º aniversário da Revolução Angolana, e editado em Dar-Es-Salaam, em Tanzânia.

O QUE ESTA
ACONTECENDO NA
TERCEIRA REGIÃO

"A frente do Leste desenvolveu-se em condições bastante encorajadoras e com a total adesão das massas. As nossas vitórias na frente Leste e Sudeste atingiram um grau tal que as nossas forças armadas combatem hoje ao longo de um sector de penetração de mais de 500 kms sobre mais de 800 kms de fronteira. O MPLA controla uma área de 80.000 km2 e actua numa área 4 vezes maior que Portugal, com uma população de mais de 40.000 habitantes. Nas regiões controladas o MPLA estabeleceu já os organismos embrionários do poder popular, tais como: as milícias, os centros de produção e comércio, as lojas do povo, um centro de registo civil, um centro de instrução revolucionária, escolas primárias e de enfermagem, serviços respectivos para a elaboração de textos e programas de cultura nacional e dum órgão informativo, serviços médicos, conselhos populares e polícia.

As actividades militares que se desenvolveram nos distritos de Moxico e Kuando-Kubango, estenderam-se já ao distrito do Bié, em direcção aos distritos de Huambo, Benguela e Lunda. Os destacamentos avançados do M. P. L. A., operam já a uma centena de quilómetros da zona central do país".

A OPINIÃO DE UM
COMBATENTE

De vários lados nos chegam informações que corroboram o que o M.P.L.A. vem revelando nos seus comunicados sobre os desastres colonialistas na Frente da III Região. Pelo tom de humanidade e de autenticidade que o marca, publicamos abaixo um trecho de uma carta que um dirigente político angolano, de regresso da frente de combate do sudeste, escreveu recentemente a um amigo residente no Brasil:

"Sejam quais forem as fanfarronadas dos fascistas portugueses, a verdade é que nós estamos em via de cimentar conquistas irreversíveis. O abandono a que durante tantos seculos votaram estas terras do sudeste, onde não existem estradas, escolas, nem plantações, nem comerciantes — atraídos pela ganancia do ganho fácil para outras regiões menos trabalhosas e

de lucros mais imediatos — volta-se hoje contra todos os planos militares que os estados-maiores possam querer realizar. Não temos ilusão sobre as dificuldades que os nossos destacamentos político-militares têm de enfrentar, mas anima-nos a tangibilidade sensível dos êxitos e das conquistas cada dia mais decisivas. Esses contrabalançam bem as barbaridades in-

concebíveis, as mutilações incriveis, o genocídio inqualificável que a soldadesca salazarista pratica entre as populações indefesas. Mas não passam sem deixar para todo o sempre sequelas neuro-psíquicas da tensão que a visão de um bombardeamento com napalm e fósforo provoca naqueles que não podem fugir a esse fatalismo a que a história nos condenou".

A Mesa Redonda de Lausanne: um êxito!

Lausane (Do Correspondente) — A Mesa Redonda para as Liberdades em Portugal realizada nesta cidade em Fevereiro constituiu um êxito que, tanto pelo número de participantes como pela categoria das personalidades que deram a sua adesão à iniciativa, excedeu as expectativas mais optimistas.

OS TRABALHOS

A sessão inaugural realizou-se sábado, dia 3 após uma recepção aos delegados no foyer do Teatro Municipal de Lausanne. Depois do discurso de abertura, proferido em nome do Comité Organizador, foi apresentado um relatório sobre a situação sócio-económica. Nessa mesma noite, realizou-se uma sessão pública durante a qual destacadas personalidades suíças relataram aquilo que haviam visto em Portugal, traçando o panorama de um país submetido a um feroz regime de terror policial e a uma ditadura económica de grandes monopólios estrangeiros e nacionais.

No dia seguinte, domingo, 4 de Fevereiro, foram debatidos inicialmente problemas relacionados com o regime de trabalho e com o cerceamento das actividades sindicais, intervindo numerosos oradores no debate. Seguiu-se a discussão de questões ligadas à cultura, ao ensino e à censura.

Após o almoço foi aprovada a Resolução final da Mesa Redonda.

OS PATROCINADORES

Publicamos abaixo a lista das personalidades suíças que patrocinaram a Mesa Redonda:

Robert Nicole, vereador, Lausanne; Pierre Aguet, presidente da Juventude Socialista, Vevey; Jean Villard, poeta, Saint Saphorin; Jean Louis Cornuz, escritor e professor, Grandvaux; Edmond Gilliard, escritor, Lausanne; Michel Ziegnhagem, professor, Lausanne, Charles Apotheloz, diretor do Centro Dramático Romand, Lausanne; Jean Pierre Clavel, presidente da Biblioteca Cantonal Universitária, Lausanne; Freddy Buache, conservador da Cinemateca Suíça, Lausanne; Christian Ogay, presidente do Partido Socialista de Lausanne e deputado, Lausanne; Arthur Maret, Ex-conselheiro de Estado, Lausanne; Armand Forel, médico e conselheiro nacional, Nyon; Bernard Meiroz, deputado, Lausanne; Anne Cahterine Menetrey, deputada e professora, Lausanne; Arthur Villard, deputado, Blenne; Henri Parrat, prefeito, Delemont; Pierre Gassmann, deputado, Delemont; Jean-Claude Crevoisier, presidente da Juventude Socialista Durássica, Moutier; François Nordman, secretário do Partido Socialista no Friburgo, Friburgo; Jacqueline Ormond, escritora, Friburgo; Claude Frochoux, escritor,

Lausanne; Christianne Cornuz, pintora, Grandvaux; Simone Hautert, jornalista, Latour de Pelz; Adrien Buffat, secretário da FOBB, Lausanne; Max Frisch, escritor; Berzona; Pierre Reymond, pastor, Genebra; Jean François Bergier, professor universitário, Genebra; Jean Ziegler, professor universitário, Genebra; Pierre Dominicé, director do CUP, Genebra; Georges Haldas, escritor, Genebra; Marc Vuilleumier, historiador, Genebra; Marcel Raymond, professor universitário, Genebra; Albert Dussex, presidente do Partido Socialista no Valaisan, Sierre; Charles Dellberg, conselheiro nacional, Sierre; Hans Jurgen Schultz, publicitário, Zurique; Enrico Castelnuovo, professor de História de Arte na Universidade, Lausanne; Eugene Sutter, secretário FOMH, Genebra; Bernard Bertossa presidente do Partido Socialista, Genebra; René Neylan, deputado, Neuchatel; Werner, Carobbio, professor, Lumino; Dr. Bosia, médico, Mendrisio; Vinielo Salati, jornalista, Lugano; Enrico Filipini, escritor, Lugano.

A SAUDAÇÃO DA F P L N

A Frente Patriótica de Libertação Nacional fez-se representar em Lausanne pelo dr. Manuel Sertório, membro da Junta Revolucionária Portuguesa.

Publicamos abaixo a parte final da saudação dirigida aos participantes da Mesa Redonda por aquele nosso companheiro:

"A solidariedade internacional pode trazer-nos um auxílio muito importante, denunciando publicamente os crimes fascistas e colonialistas do regime de Salazar e impedindo, através dessa mesma denuncia, as piores violências e os actos mais brutais da repressão. A solidariedade das forças progressistas e dos democratas de muitos países devemos já a libertação de alguns dos nossos camaradas de luta. Este resultado não significa que o fascismo português se deixe influenciar moralmente pelo sentimento de repulsa internacional de que é objecto. No entanto, o regime não deseja — antes pelo contrário — que os seus crimes sejam denunciados no estrangeiro, dada a sua participação em organizações internacionais que teoricamente se reclamam da Democracia. E é por esta razão que a solidariedade internacional é uma arma bastante importante contra a repressão fascista.

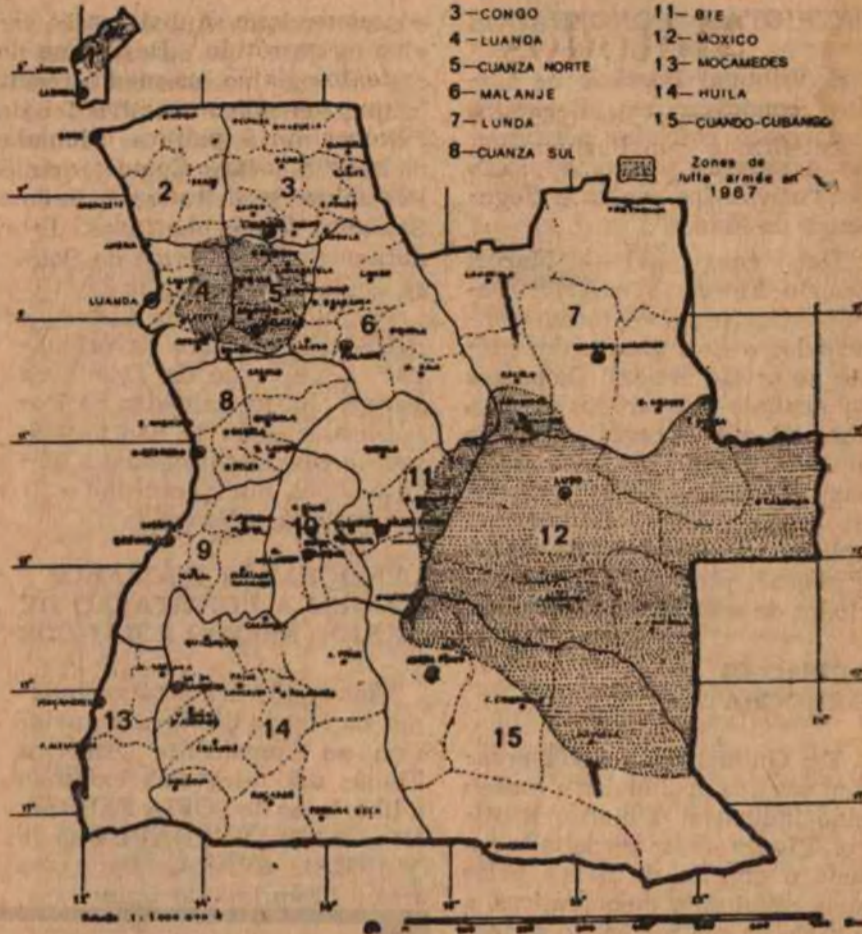
Allás, é preciso que vos diga que nós esperamos mais da solidariedade internacional e suíça do que alguns de vós podeis talvez imaginar. Não esperamos apenas que a vossa intervenção ajude a libertar os nossos camaradas de luta que actualmente se encontram presos, pois não estamos na situação de quem, tendo sido vencido numa guerra, nada mais pode no momento fazer do que pedir misericórdia para os companheiros caídos nas mãos do inimigo. Ao contrário, encontramos-nos na véspera de uma vitória que nenhuma força do Mundo será capaz de impedir, mas para a obter a nossa luta se tornará cada vez mais árdua.

O que pedimos portanto, aos nossos amigos democratas de todos os países é uma posição de
(Continua na pág 6)

ANGOLA

DISTRITOS

- 1 - CABINDA
- 2 - ZAIRE
- 3 - CONGO
- 4 - LUANDA
- 5 - CUANZA NORTE
- 6 - MALANJE
- 7 - LUNDA
- 8 - CUANZA SUL
- 9 - BENGUELA
- 10 - HUAMBO
- 11 - BIÉ
- 12 - MOXICO
- 13 - MOCADEDES
- 14 - HUILA
- 15 - CUANDO-CUBANGO



A tracejado as zonas de operações do M.P.L.A.

Pela Pátria ou pela Petrangol?

Todos estiveram presentes nas festividades do décimo aniversário da PETRANGOL, em Luanda: o Governador Geral, os Secretários provinciais, o Comandante Chefe das Forças Armadas, o Presidente da Comissão da União Nacional, o Arcebispo, o Vigário-geral, da diocese de Luanda e oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas. Presente também o General Santos Costa, o que de capitão a coronel não fez um dia de quartel e é hoje Presidente do Conselho de Administração da PETRANGOL.

Todos estiveram presentes: Monopólios, Forças Armadas, Igreja, desta Santa Aliança, na Capela do Arcanjo S. Gabriel, em Luanda, para celebrar o décimo aniversário da PETRANGOL. As festas começaram com uma missa.

Uma missa por alma dos que tombaram em Angola em defesa da Pátria — como escreveu o "Diário de Notícias". O jornalista queria talvez dizer PETRANGOL. Mas na linguagem da Santa Aliança salazarista PETRANGOL e PÁTRIA são sinónimos. O nome de qualquer monopólio, para os salazaristas, é sinónimo de Pátria.

O Capelão-chefe da Região Militar de Angola, exaltou o espírito eminentemente cristão das comemorações que só eram possíveis pelo sacrifício daquelas cuja memória se recordava na cerimónia religiosa.

Ficamos assim a saber que os militares que morreram em Angola, e os que continuam a morrer, não morreram pela Pátria; morreram pela PETRANGOL. E é pela PETRANGOL que militares portugueses continuam a ser enviados para Angola, e pela PETRANGOL jóvel portugueses continuam a morrer.

Pela PETRANGOL praticam-se crimes de guerra, massacram-se populações, arrasam-se a napalm as aldeias angolanas. Pela PETRANGOL e também pela Diamang. E também pela CUF. E também pelo Banco de Angola. E também pela KRUPP. Inutil a lista toda. Nós sabemos a espécie de Pátria que os salazaristas estão a defender em Angola.

Ao ser inaugurada, pelo Governador Geral Rebocho Vaz, a exposição "A Petrangol e o Petróleo em Angola", o General Santos Costa, declarou que a PETRANGOL investiu e reinvestiu 2 milhões de contos e extraíu do solo de Angola 4 milhões de toneladas de petróleo bruto.

Anteriormente, em 29 de Setembro de 1967, a imprensa internacional transmitia numa notícia de sensação a respeito do petróleo angolano: uma das mais poderosas companhias americanas estava interessada em que a Sociedade Belga Petrolífera passasse para o seu controle.

Mas a notícia de mais sensação, a respeito desta corrida americana ao petróleo de Angola, veio a público a quando da Conferência de Imprensa realizada no Hotel Ritz em Lisboa pela Golf Oil Corporation. Cinco dos principais dirigentes deste potentado petrolífero norte americano deslocaram-se a Lisboa. Foram recebidos pelo Ministro Franco Nogueira e conferenciaram com o ditador Salazar. Depois na Conferência de Imprensa realizada no Hotel Ritz, anunciaram que a Golf Oil, através da sua sucursal Cabinda Oil Corporation, passava a ter o monopólio da exploração dos importantíssimos jazigos de petróleo descobertos em Cabinda.

O Engenheiro Veiga Lima, presidente do Conselho de Administração da Cabinda Oil Corporation, testa de ferro dos capitalistas americanos, declarou que esta empresa adquiriu interesses nas colónias portuguesas há cerca de 20 anos. Que há uma dezena de anos que se vinham a fazer prospecções de petróleo, além da prospecção de outros minérios, em que estavam igualmente interessados, como o potássio e o urânio.

Nestas pesquisas — disse o engenheiro Veiga Lima — a Golf Oil gastou até ao ano passado, 21 milhões de dólares. Durante o corrente ano, gastou all 28 milhões de dólares e no próximo ano, 76 milhões de dólares.

76 milhões de dólares! Por estes investimentos sucessivos, poderão os nossos leitores ficar a fazer uma ideia da importância dos jazigos petrolíferos de Angola. E ficarão também a fazer uma ideia mais clara da espécie de Pátria que Salazar esta a defender em Angola. Mas não é tudo. A Golf Oil está também a fazer prospecções em Moçambique.

Em 1970 a Golf Oil deverá extrair de Cabinda 7 milhões e 500 mil toneladas de petróleo por ano ou seja 150 mil barris por dia.

"Para já, no próximo ano-revelou ainda o engenheiro Veiga Lima — os jazigos de Cabinda produzirão o dobro do petróleo de que o país (Portugal) necessita o que quer dizer que a outra metade será vendida para o estrangeiro".

E os lucros? Sim, para onde irão os lucros fabulosos da exploração dos jazigos de Cabinda? Os lucros, bem entendido, os lucros irão para os Estados Unidos e o governo de Salazar mandará as Forças Armadas defender a Pátria, perdão, a zona de exploração da Golf Oil Corporation, que ocupa um terço do enclave de Cabinda e dois terços da área marítima adjacente.

"Apesar dos acontecimentos de guerra que se têm verificado nesta zona do norte de Angola, a Companhia — tal como foi declarado
(Continua na pág. 6)

Pela amnistia e contra a repressão

PATRIOTAS CONDENADOS

O Tribunal Plenário de Lisboa condenou em Fevereiro mais cinco patriotas portugueses a severas penas de prisão por "atividades contra a Segurança do Estado".

Dois dos réus — Marçal Duarte Florencio e Artur Pereira das Neves — foram condenados a dois anos e dez meses de prisão maior. Os outros — Antonio Gaspar dos Ramos, José Romão Borges e Vasco Joaquim Fernandes Lobo — foram condenados em dois anos de prisão maior. O Tribunal aplicou a todos "medidas de segurança", prorrogáveis por períodos de seis meses a três anos.

PRISAO DE UM DEMOCRATA

Em Guimarães, a PIDE prendeu em fins de Janeiro o conhecido industrial Eduardo Ribeiro. Figura muito respeitada em todo o distrito de Braga pelas suas convicções democráticas, a notícia da sua prisão, ao ser conhecida, deu lugar a um amplo movimento de protesto e solidariedade.

INALTERADA A SITUAÇÃO DOS ELEMENTOS DA "LUAR"

Segundo as últimas informações recebidas de Espanha, continuavam presos em Madri os três antifascistas portugueses da Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR) que haviam sido detidos pela polícia franquista em viagem da França para Portugal: JULIO DOS SANTOS ALVES, FRANCISCO SERUCA CARVALHO SALGADO e JOSÉ PAULO LIMA MATIAS. Embora o governo argelino já tenha informado as autoridades espanholas de que concedeu asilo político a esses três democratas portugueses, a Justiça espanhola ainda não deu andamento ao caso. Urge pois que todos os antifascistas portugueses espalhados pelo mundo se mobilizem numa campanha de solidariedade a esses compatriotas em perigo de serem entregues à PIDE.

NOVA VITIMA DA PIDE: ANTONIO FIRMINO!

Assassinio é a designação que se deve dar às circunstâncias que rodearam a morte de ANTONIO LUIZ FIRMINO, de 50 anos, serrador de Vendas Novas, que fôra prêsso em novembro, ano passado, pela PIDE. Sabe-se que no dia 1 de janeiro sua mãe, uma senhora de 82 anos se deslocara a Lisboa para o ver. O diretor da cadeia, Gomes da Silva — um verdadeiro carrasco — recusou-se a atender o pedido, com o argumento de que a velha senhora não viera munida de bilhete de identidade. Antonio Firmino ao tomar conhecimento desse gesto de crueldade ficou tão emocionado que adoeceu. Dias depois teve um enfarte do miocárdio, mas só uma semana depois o hospitalizaram. Era tarde demais. Morreu no Hospital São João de Deus, de Caxias, no dia 23 de janeiro. Mais um assassinio perpetrado pela PIDE!

MAIS PRISÕES

No dia 18 de Janeiro foram presos pela PIDE o médico do Porto dr. Felismino Madeira, o industrial de Cabeceiras de Basto, José Guilherme de Sousa

e o comerciante Antonio Saldanha, de Fafe. As buscas passadas em suas residências foram brutais, chegando a PIDE ao extremo de levantar as tábuas do soalho. Dias depois o dr. Felismino Madeira e Antonio Saldanha foram libertados. Ignoramos se Guilherme de Sousa ainda se encontra prêsso.

Por outro lado, em Lisboa, a PIDE chamou para "averiguações", a viúva do dr. Domingos Pereira, antigo ministro da República, e como se não bastassem os vexames infligidos à idosa senhora, prenderam-lhe a filha por algum tempo.

DEMOCRATAS ITALIANOS EXIGEM A LIBERTAÇÃO DE VARIOS PRESOS POLITICOS

Mais de 100 democratas italianos da cidade de Novara enviaram ao "presidente" Américo Tomás um telegrama exigindo a libertação de SOFIA FERREIRA, JOSÉ BERNARDINO e MANUEL SERRA. Eis o seu texto: "Exprimindo a nossa re-

pulsa pelas inhumanas condições de vida do povo português e pelos métodos repressivos com os quais se tenta sufocar a legítima aspiração de um povo à liberdade, exigimos a imediata libertação de SOFIA FERREIRA, JOSÉ BERNARDINO, MANUEL SERRA e de todos os outros patriotas presos nas cadeias de Salazar".

SOLIDARIEDADE A AIDA PAULA

A Federação Mundial Democrática distribuiu recentemente um comunicado à imprensa internacional em que denuncia as sevícias e torturas a que AIDA PAULA foi submetida após a sua nova prisão em julho de 1967. A FMJD lembra que AIDA PAULA se acha com a saúde bastante abalada e exige a sua imediata libertação em nome das juventudes democráticas de todo o mundo, pedindo que as várias organizações nacionais se mobilizem nesse sentido.

O encontro de Lausanne

(Continuação da pág. 5)

permanente vigilância contra os fascistas portugueses e a denúncia enérgica e sem interrupção de todos os seus crimes. Sabemos que podemos contar convosco, caros amigos suíços, para esta espécie de vigilância anti-fascista. Agradecemos-vos bem sinceramente por isso. Mas deixai-me acrescentar algumas palavras sobre o papel da solidariedade internacional para com todos os povos vítimas da barbárie fascista, quer eles se encontrem na extremidade ocidental da Europa quer se situem no extremo Sul da África.

Estou convencido de que a luta dos democratas de um país pela liberdade de outro povo representa também uma contribuição para a defesa e o reforço da Democracia no próprio país desses democratas. Creio que este ponto de vista é válido mesmo para os países em que o funcionamento normal das instituições parlamentares e o respeito tradicional dos direitos políticos do cidadão parecem estar assegurados para sempre, como é o caso da Suíça. Porque neste Mundo de Hoje, não existem mais do que duas grandes frentes, entre si inconciliáveis: a frente do imperialismo, a Liberdade e a Democracia.

A mais pequena vitória contra o Fascismo num país qualquer, representa consequentemente, uma derrota para as forças imperialistas em todo o Mundo.

Nós consideramos esta MESA REDONDA como um acontecimento importante. Cabe-vos agora manter bem vivo, na Suíça, o espírito de Liberdade que a inspirou e desenvolver o vosso movimento de apoio aos democratas portugueses".

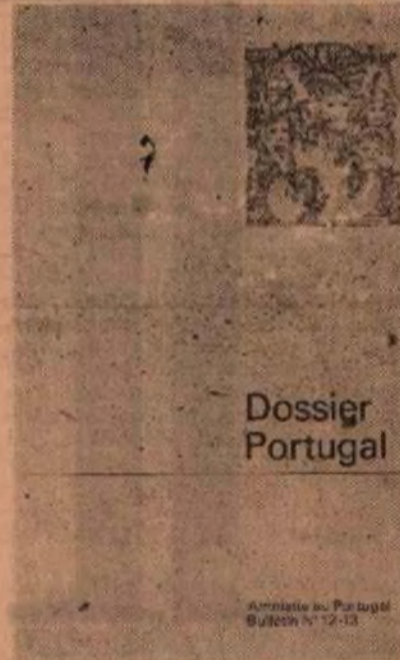
O TEXTO DA RESOLUÇÃO GERAL

Publicamos abaixo o texto da Resolução Geral aprovada no dia 4:

"No Quadro do ano Internacional dos Direitos do Homem proclamado pelas Nações Unidas, realizou-se em Lausanne, a 3 e 4 de Fevereiro, uma MESA REDONDA pelas liberdades em Portugal.

Entre as associações e personalidades que tinham delegado observadores ou enviado mensagens de apoio, podem citar-se a Fundação Bertrand Russell e a Federação Mundial das Associações para as Nações Unidas, Amnesty International, Comissão Internacional de Juristas CIMADDE, Partido Socialista Unificado Francês, as Federações Sindicais Filandesas, Italianas, Jugoslavas, a FPLN, a Acção Socialista Portuguesa, a Liga Socialista Portuguesa, a Liga dos Direitos do Homem, o Comité Suíço pela Amnistia em Portugal e os escritores e professores Robert Ricatte, Jacques Nantet, Peter Wells, Arthur Adamov, Vladimir Yankévitch, etc.

As exposições e os debates permitiram que os participantes tomassem consciência do carácter



Dossier
Portugal

Para assinalar devidamente o significado da Mesa Redonda de Lausanne, os seus organizadores publicaram uma plaqueta intitulada "Dossier Portugal" que constitui um completo inventário dos crimes cometidos pelo fascismo português ao longo dos seus 42 anos de existência.

nitidamente ditatorial do Governo de Salazar que, viola quotidianamente as liberdades fundamentais e encarcerou centenas de democratas nas prisões do regime.

Dirigindo-se ao Governo Português, os participantes na MESA REDONDA reclamaram a libertação de todos os presos políticos e a supressão da censura política.

Os participantes pediram igualmente ao Governo de Salazar que cidadãos suíços possam realizar um inquérito em Portugal.

Conscientes do facto que a situação em Portugal é insuficientemente conhecida na Suíça, os participantes desejam ver manifestar-se na Suíça um movimento de opinião que condene as práticas anti-democráticas do Governo Português e que possa assim contribuir para a libertação de todos os presos políticos.

Os participantes decidiram pedir ao Comité Internacional da Cruz Vermelha para realizar um inquérito sobre as condições de detenção dos presos políticos e de intervir imediatamente para salvar AIDA PAULA, AFONSO GREGÓRIO, PIRES JORGE E SOFIA FERREIRA, cuja saúde está gravemente ameaçada".

APÊLOS E MENSAGENS

A Mesa Redonda aprovou por unanimidade o envio de um apelo ao Governo Português a favor da amnistia e de mensagens ao povo português, aos movimentos democráticos portugueses, aos presos políticos e aos movimentos nacionalistas que se batem pela independência das colónias.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

(Continuação da pág. 4)

Que há de verdadeiro nisto, quando esta semana um banqueiro, dois jornalistas e um estudante foram detidos sem se saber o motivo? No princípio de janeiro vários jornalistas estrangeiros e o enviado especial do "Time-Life" foram devolvidos aos seus países por que?

Conta-se o caso no "relatório 3003", e a corrupção de menores já anda na imprensa estrangeira de janeiro deste ano, onde se dão pormenores da "caça à Lolita", que se praticava no Estoril, numa vila em que um ministro de Salazar era o principal figurante. Mochilas nuas de chapéu de palha e sandálias de bailarina participavam da caça e os caçadores eram suas excelências o ministro e os titulares "altos funcionários do regime" que a AP menciona em seu telegrama, sem especificá-los.

Além da "caça à Lolita" havia também bailados verde e rosa... As meninas empregadas na brincadeira andavam aí pelos 14 anos.

Tudo isto é o que está correndo nas páginas da imprensa estrangeira e temos sem estarrecimento o que há de escandaloso no episódio sob as vistas pudibundas do governo religioso e ascético, que deseja e tem sido levado a sério por muita gente.

Não ignoramos que houve o "crime do século" denunciado numa praia da Itália com a a jovem Montesi, não ignora-

Vitória dos Estivadores

No dia 18 de Fevereiro, os estivadores de Lisboa alcançaram uma grande vitória ao conseguirem eleger para o Sindicato respectivo uma lista da sua confiança, obtendo 655 votos em 1053. Havia duas listas: a dos antigos dirigentes do "Sindicato", de obediência fascista e patronal; e outra composta por estivadores que participaram da greve de 67 deflagrada em defesa da reivindicação sobre as horas extraordinárias, greve que durou 50 dias e que se traduziu pela obtenção de aumentos salariais de 68 a 100 escudos por dia.

Apesar de tôdas as ameaças feitas aos integrantes da lista democrática, os membros da classe não se amedrontaram e elegeram por confortável maioria os seus companheiros de luta.

Receia-se agora que o governo, reagindo a derrota sofrida, não homologue a direção eleita. Nestas condições, recomendamos a todos os nossos assinantes e amigos que se dirijam ao Ministério das Corporações exigindo o respeito da decisão soberana da Assembléia Geral dos estivadores do Porto de Lisboa no dia 18 de Fevereiro.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVICO DO POVO PORTUGUÊS

mos que houve na Inglaterra o caso Profumo. Lembramo-los para deixar bem clara nossa isenção, que visa apenas a esclarecer um texto de telegrama da AP, o qual permaneceria vago e obscuro, e até como se fôra uma insinuação malévola sem fundamento. Mas que existe o "dossier 3003" (peça preciosa que nas mãos de alguns constituiu até uma parcelazinha de poder na revelação que faz das podriquerias do regime), isto não duvidamos. Não queremos reproduzir tudo o que se publicou, apenas dar uma nota sobre um escândalo do regime de Salazar, o que agora está em foco.

(Geraldo Ferraz, in "Tribuna de Santos, 8-3-68)

Pela Petrangol?

(continuação da pág. 5)

durante a Conferência de Imprensa no Hotel Ritz — não tem tido os mínimos problemas e tem-lhe sido assegurada pelo governo português inteira proteção contra actos de banditismo".

Eis o que foi dito por um dos dirigentes da Golf Oil Corporation. A Companhia não tem tido os mínimos problemas. A sua protecção esta assegurada pelo governo português.

Valera a pena acrescentar mais alguma coisa? Será necessário explicar que um tal governo não é português, mas apenas o defensor português da Golf Oil, da Petrangol, da Sonarep?

Morrer pela Pátria em Angola? Morrer pela Pátria em Moçambique?

Não, os jovens militares não morrem pela Pátria em Angola; não se morre pela Pátria em Moçambique.

Morrem pelo Petróleo.
Morrem pelos diamantes.
Morrem pelo algodão, pelo açúcar, pelo café. Morrem pelo ferro e pelo cobre.
Morrem pelos monopólios nacionais e internacionais. Essa é a Pátria que Salazar defende.

Essa é a razão por que morrem, continuam a morrer e morrerão ainda soldados portugueses, filhos do Povo fardados, que nada têm em Portugal e tudo perdem nesta guerra injusta.

(in "Liberdade", n.9, Fevereiro de 1968).

Centro Republicano Português

Durante a Assembléia Geral realizada no passado dia 8 de março, o Centro Republicano Português procedeu à eleição dos novos corpos gerentes para o bienio de 68-69, com os seguintes resultados:

DIRETORIA: Presidente, Com. João Sarmento Pimentel; Vice-Presidente, Carlos D'Assunção Neves; 1.º Secretário, Joaquim José; 2.º Secretário, Mario Gomes Oliveira; 1.º Tesoureiro, Capitão Sarmento F. Pimentel; 2.º Tesoureiro, Fernando da Silva Ramos; Diretor Cultural, Manuel Ferreira Moura; Diretor Social, Manuel Rodrigues da Silva; Bibliotecário, Juvenal Gomes de Oliveira; 1.º Vogal, Joaquim Duarte Batista; 2.º Vogal, Manuel Soares; 3.º Vogal, Alfredo Masson; 4.º Vogal, Francisco dos Santos Gomes e 5.º Vogal, Alexandre A. Pereira. ASSEMBLEIA GERAL: Presidente, Dr. Joaquim Barradas de Carvalho; Vice-Presidente, Abílio A. Rodrigues da Silva; 1.º Secretário, Mario Henrique Leiria; 1.º Suplente, José Mario da Silva Bodas; 2.º Suplente, Mario Pinto. CONSELHO FISCAL: Presidente, Manuel Gonçalves Rocheta; Vice-Presidente, Mario José Fernandes; Relator, Julio Pereira; 1.º Suplente, Maria Monteiro Fernandes; 2.º Suplente, Maria Irolinda de Jesus Roque e 3.º Suplente, Joaquim Quiterio.

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO A luta de libertação nas Colónias Portuguesas

GUINÉ

Na Guiné (Bissau) continua a luta pela independência, tão bravamente empreendida por Amílcar Cabral e os seus comandados.

As mais recentes notícias são as seguintes:

No decurso de uma acção de represália contra uma aldeia um contingente colonialista foi destruído pelas forças regulares do Exército de Libertação da Guiné. Isto passou-se em 3 de Dezembro, tendo morrido 11 soldados portugueses e sido abandonado muito material de guerra. Local: Birbam.

No mesmo dia na estrada Mansoa-Bissora, 2 caminhões foram destruídos por minas colocadas na rodovia, tendo morrido 24 soldados.

9 mortos em 9 de Dezembro e muitos feridos foi o resultado de um combate que teve lugar no setor de Santambato, durante uma acção de terrorismo das forças portuguesas contra o mesmo setor.

No dia seguinte o campo português de Marsabá foi submetido a um fogo cerrado, tendo sido destruídas 40% das instalações. Houve 20 mortos e muitas dezenas de feridos.

No dia 14 de Dezembro três caminhões portugueses com tropa foram também destruídos por tiros de bazoka, no decurso de uma emboscada. Mortos: 36 soldados.

A 19 do mesmo mês um cargueiro e uma vedeta da marinha portuguesa foram a pique no rio Farim durante um duelo de artilharia entre as Forças do PAIGC e um comboio de 4 barcos portugueses de fuzileiros, entre Congoli e Yador. Só houve dois sobreviventes dos navios afundados.

Violentos combates verificaram-se entre os fins de Novembro e os começos de Dezembro no decurso duma tentativa das tropas portuguesas de estabelecerem uma testa de ponte na península de Cubisseco. Tendo conseguido, sob protecção aérea, desembarcar um considerável contingente de soldados, os portugueses foram obrigados a reembarcar, em face da enérgica reacção dos combatentes do PAIGC.

Muitas outras acções se verificaram, não tendo as forças armadas portuguesas conseguido qualquer progressão, ao contrário do que afirmaram os arautos oficiais, pagos a tanto por linha. A situação na Guiné (Bissau) permanece como tem sido até o presente, com os nacionalistas conquistando cada vez mais território, e com os portugueses dependendo cada vez de menos bases de acção.

MOÇAMBIQUE

Na execução do programa de acção da FRELIMO os nacionalistas moçambicanos minaram recentemente a linha férrea de Catur, dando como resultado a destruição de um trem, cuja locomotiva ficou completamente destruída. O trem transportava tropa de Nova Freixo para Catur, tendo descarrilhado 22 vagões, morrido e ficado ferido dezenas de soldados e verificando-se a destruição completa de um grande trecho da linha férrea.

Os chamados Serviços de Informação das Forças Armadas Portuguesas, em comunicado tornado público em Janeiro passado, informam que morreram em acção 13 soldados portugueses. São eles: Soldados José Ferreira Pereira, Francisco Sales Branquinho, Daniel Pinto de Azevedo, José Manuel Malta, Cachaire Caetano, Arando Malopes Loureiro, Manuel Quivana Armando Ratinho Farinha, Elisário Merindão Penedo, 1.º Cabo Manuel Jacinto Matos, 1.º Cabo Alfredo António Canhoto Sequeira e Alferes Gaspar Fernando Peixoto.

Em Outubro passado, os nacionalistas fizeram uma emboscada a uma companhia portuguesa, tendo sido mortos oito soldados. Tendose retirado as tropas nacionalistas, as forças de retaguarda bombardearam ativamente o local, onde pensavam encontrar-se ainda os guerrilheiros, havendo assim morto os seus próprios companheiros. Também em Novembro foi levada a efeito acção semelhante, que teve como resultado a morte de 11 soldados portugueses e a destruição de oito veículos militares.

ANGOLA

Continua acirrada a luta em Angola.

No fim do ano passado travaram-se violentos combates perto de Cabinda, verificandose a morte de 30 soldados portugueses, pertenciam às forças que guardam as instalações de Cabinda Oil Corporation, companhia majestática a quem o governo de Lisboa concedeu recentemente um terço daquela região e dois terços da área marítima adjacente para a exploração de petróleo.

Um comunicado emitido há poucas semanas pelo Comando das Forças Armadas Portuguesas em Angola informa que morreram em acção 13 soldados, tendo ficado feridos outros tantos...

Sob o título "A Luta de Libertação Nacional nas Colónias Portuguesas" foi recentemente editado em Argel o conjunto dos documentos e trabalhos relativos à II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, realizada em Dar es Salaam em outubro de 1965.

Reproduzimos abaixo algumas das principais passagens da introdução, elaborada pelo Secretariado Permanente da C.O.N.C.P.

"Um fato merece ser assinalado antes do mais: a área geográfica do conflito armado nas colónias portuguesas alargou-se consideravelmente.

O M.P.L.A. que assegura a direção das operações nas três frentes de Cabinda, Quanza Norte e Moxico anuncia para este ano a generalização da luta ao conjunto do território angolano não obstante inevitáveis obstáculos (de ordem logística e política) que aquela organização continua a encontrar junto do governo de Kinshasa.

Exceptuadas as ilhas de Cabo Verde e de Bijagós, assim como os principais centros urbanos de Bissau, Bafatá e Gabu-Sara, as forças armadas do P.A.I.G.C. têm a iniciativa dos combates em toda a "Guiné" cada vez menos "portuguesa". Já foi aliás, tomada a decisão de passar ao choque direto no Arquipélago de Cabo Verde.

Cabe à FRELIMO o merito de, no breve prazo de dois anos, haver estabelecido o controle quase total de províncias tão extensas como as do Cabo Delgado e do Niassa (com uma superfície de 198.449 km²) enquanto os combates prosseguem em outras regiões de Moçambique.

Estas acções desenvolvidas nos três países onde o exército português é obrigado a bater-se tendem progressivamente a assumir em toda a parte a fisionomia uniforme de uma guerra de guerrilhas de movimento.

Mas os feitos de ordem militar, por importantes que sejam (número cada vez mais elevado de vítimas entre o inimigo, desmoralização nas fileiras das tropas estacionadas nos quartéis) não bastam para definir os contornos específicos desta guerra.

O essencial nela reside na introdução de novas estruturas políticas e na administração de vastas regiões que as forças nacionalistas conseguiram já subtrair ao domínio colonial. As populações participam directamente da destruição dos meios pelos quais o poder colonial exerce a sua opressão: recebimento de impostos, sistema de culturas obrigatórias, redes administrativas e comerciais. É natural que as populações sejam, pela força das coisas, as primeiras a beneficiar da obra de reconstrução nacional.

A tradução prática dessas iniciativas, em matéria de recons-

trução vai do aumento da produção de víveres, do desenvolvimento do artesanato, da instalação de indústrias rudimentares à acção socio-cultural. A administração colonial vê-se assim obrigada a entrar em concorrência, ordenando aos comerciantes que estabeleçam preços mais baixos nas zonas ainda não controladas pelas forças nacionalistas. Numa escala mais vasta, o governo português, no seu esforço tardio para conquistar uma clientela entre os autóctones, empreendeu vários projectos de desenvolvimento socio-económico.



(...) Nunca é demais sublinhar o fato de que "a guerra localizada" na Guiné, por exemplo, teria já sido ganha pelos nacionalistas se o exército português não dispusesse de um vasto apoio militar e financeiro dos seus aliados ocidentais (particularmente dos Estados Unidos e da Alemanha Federal) e

Pequenas Notícias

- * Em Caçadores 5 registrou-se nova deserção. Um oficial saiu do quartel com um carro carregado de armas... e não voltou.
- * Em Tavira desertou o alferes miliciano Costa, de Coimbra.
- * Em Inglaterra a imprensa queixa-se de que há polícias a mais. A proporção é de um polícia para 608 habitantes. Em Portugal, onde a proporção é de um para 200, a FIDE entende que há poucos polícias.
- * A média mensal de deserções nos quartéis das unidades da zona de Lisboa é de 35 indivíduos.
- * Em Novembro do ano findo foi fundada em Moscovo, a Associação dos Estudantes Portugueses da União Soviética. A nova entidade dirige saudações à Frente Patriótica de Libertação Nacional, ao Movimento Estudantil Português e ao Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro (SEEPE).
- * O governo fascista de Salazar foi o único em toda a Europa a apresentar votos de felicidades à Junta militar fascista grega.
- * Após o assalto ao banco da Figueira d'Foz, os bancos são agora guardados por agentes a paisana.
- * No dia 31 de Dezembro, o cardeal Gonçalves Cerejeira recebeu os responsáveis das Forças Armadas salazaristas e concedeu-lhes a sua bênção. A comitiva era constituída pelos ministros da Defesa, do Exército e da Marinha, pelo secretário de Estado da Aeronáutica, pelo subsecretário do Exército e ainda pelos chefes de Estado Maior do Exército, da Armada e da Força Aérea e pelo capelão mor das Forças Armadas, o novo bispo-brigadeiro Reis Rodrigues. O cardeal concedeu sorridente a sua bênção aos responsáveis pelos crimes da guerra colonial.

se todos os Estados da África Ocidental estivessem económica e politicamente em condições de prestar o seu concurso activo à luta armada.

O caráter internacional da guerra travada pelo regime de Lisboa leva, finalmente, a uma nova colocação da questão dos "territórios sob dominação portuguesa". Seria vão prosseguir na linha de esforços tendentes a levar o governo português a admitir a necessidade de aplicar a Resolução 1514 (XV) da ONU sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais, e isso em face dos termos actuais do conflito.

Dentro da presente correlação de forças do mundo, Portugal reencontra o seu lugar e desempenha o papel que lhe é atribuído na divisão das acções agressivas do imperialismo. É, portanto, à luz de uma estratégia global das forças imperialistas que convém encarar o meio de apagar as fronteiras do colonialismo português em África. Para os movimentos nacionalistas em causa resta apenas prosseguir na via já traçada: acender focos de guerra à escala de todo o império lusitano, todo um imenso braseiro donde irrompa a luz que ilumine os caminhos da liberdade dos povos".

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

- DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL
- RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202
- REPRESENTANTES
- RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º
- CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Muriel, 712
- LONDRINA: Juno Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141
- PELOTAS: Heltor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul
- INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentiman Road, London, S.W. 8
- BRUXELAS: Carlos Figueira — rue Jolly, 77 Schaerboek — Bruxelles 3
- HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.
- CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário
- A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.
- VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas
- URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo
- CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Úrad/Indrská UL. C.14 Štěpánka 646 — Praha 1
Tohecoslovaquie
- FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democrático — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França
- REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo
Caixa Postal 6248
- Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.
- EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,20
Assinatura anual NCr\$ 3,50
- ANO XII — N.º 128 — ABRIL/1968
- Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por consequente de sua exclusiva responsabilidade.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

Democratas Portugueses do Brasil Dirigem-se ao Itamarati e ao Congresso

No momento em que preparamos esta edição de "Portugal Democrático", os Acórdos Cultural e Comercial assinados em 1966 entre o governo do Brasil e o governo fascista português já foram ratificados. Porque se trata de um assunto que interessa primordialmente ao bom entendimento entre os dois povos e em torno do qual a propaganda salazarista é o "lobby" que a representa no Brasil vêm desenvolvendo uma campanha mistificadora, entenderam os democratas portugueses deste País que deviam uma vez mais definir com a maior clareza a posição que em face dos mencionados Acórdos lhes parece mais consentânea com os sentimentos e os interesses do povo de Portugal. Foi nesse sentido que antes da troca dos instrumentos de ratificação endereçaram ao ministro das Relações Exteriores do Brasil e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado os documentos que abaixo transcrevemos e que foram largamente divulgados pela imprensa brasileira.

A CARTA ENVIADA AO MINISTRO MAGALHÃES PINTO

É do seguinte teor a carta remetida ao ministro das Relações Exteriores, dr. José de Magalhães Pinto.

"A posição dos democratas portugueses residentes no Brasil perante os problemas criados pela existência de Acórdos especiais entre o Governo brasileiro e o governo do Sr. Oliveira Salazar tem sido definida com clareza em várias oportunidades, de modo a que tanto as autoridades como a opinião pública deste grande País se mantenham informadas dessa posição, que é aliás a da esmagadora maioria do povo de Portugal, impedido de se manifestar a respeito por força da ditadura que o oprime há 42 anos.

Entretanto, agora que os Acórdos Comercial e Cultural, assinados em Lisboa em 1966, vão ser ratificados, segundo informa a imprensa, entenderam os democratas portugueses ser conveniente precisar uma vez mais ante os representantes do povo brasileiro as razões que os levam a considerar os ditos Acórdos prejudiciais a ambas as nações. Nessa conformidade, tomaram a iniciativa de endereçar aos Presidentes das duas

Casas do Legislativo o documento de que junto enviamos cópia a V. Exa.

No momento em que a opinião pública brasileira acaba de oferecer comovedoras provas da sua solidariedade para com o povo português, mobilizando-se numa bela campanha pela libertação de três eminentes intelectuais presos em Lisboa sem culpa formada, compreenderá V. Exa. que a simples possibilidade da ratificação de um Acordo Cultural com um regime que está reforçando a Censura prévia, que forçou ao exílio as figuras mais expressivas da inteligência nacional, que mantém vários presídios atulhados de presos políticos e que se recusa a fechar os seus campos de concentração africanos, nos cause justificadas preocupações.

De outro lado, todos os antifascistas portugueses do Brasil vêm, logicamente, acompanhando com a maior atenção as declarações de V. Exa. que, direta ou indiretamente, se relacionam com a sobrevivência do colonialismo português. E, precisamente porque encaram os patriotas africanos que lutam contra o colonialismo de Salazar como aliados naturais do povo português, têm os signatários registrado com compreensível satisfação os repetidos pronunciamentos de V. Exa. condenando o colonialismo e com particular jubilo as afirmativas feitas em Nova Delhi, durante a Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento, em que as intervenções de V. Exa. foram de franco apoio às teses das nações africanas hostis ao domínio colonialista e que declararam há muito o boicote geral ao Estado policial fascista de Salazar. Atitudes como as assumidas por V. Exa. na capital indiana trazem-nos a esperança de que não sejam destituídas de fundamento as notícias divulgadas pela imprensa brasileira de que o Itamarati modificaria nas próximas semanas de forma sensível a sua política em face do colonialismo português, adoptando novas diretrizes incompatíveis com a execução do Acordo Comercial de 1966. Pelo conhecimento que temos dos sentimentos do povo português e pelas informações que nos chegam de Angola e de Moçambique, estamos certos de que a não ratificação dos Acórdos acima mencionados causaria profunda satisfação em Portugal e em toda a África. Por outro lado, animados a certeza de que coisa alguma poderia contribuir mais decisivamente para esse desfecho do que uma declaração de V. Exa. às vésperas do debate que se vai abrir, reafirmando a posição do Itamarati perante o colonialismo. É o que, como democratas portugueses, gratos pela fraterna hospitalidade brasileira, vimos solicitar de V. Exa: a condenação do sistema de exploração colonial sob todas as suas formas e das guerras coloniais que, neste momento, envolvem vinte milhões de portugueses e africanos, guerras que contrariam a Carta da ONU e merecem a repulsa da consciência universal.

Gratos pela atenção que o nosso pedido possa encontrar, apresentamos a V. Exa., com os protestos da nossa elevada con-

sideração, os nossos respeitosos cumprimentos.

Ruy Luiz Gomes, ex-candidato à Presidência da República Portuguesa; João Sarmento Pimentel, escritor e oficial do Exército; Francisco de Oliveira Pio, oficial do Exército; Paulo de Castro, escritor e jornalista; Pela "Unidade Democrática Portuguesa", Vitor Ramos, professor universitário; Alexandre Pereira, industrial; Alfredo Masson, agente técnico de engenharia; Mario Bodas, operário; Manuel Moura, técnico industrial; Fernando Ramos, técnico em eletricidade; Manuel Rocheta, contador; Joaquim Quitério, contabilista; Carlos Assumpção Neves, industrial; Manuel R. da Silva, viajante; Francisco dos Santos Gomes, comerciante; Abílio Rodrigues da Silva, editor; José Costa, industrial; Pelo Jornal "Portugal Democrático": Augusto Aragão, auditor; Joaquim Barradas de Carvalho, professor universitário; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Helder Costa, publicitário; Pelos Democratas Portugueses da Guanabara: Francisco Vidal, jornalista e engenheiro; Luiz Veiga Leitão, escritor; Raul Mendes Silva, editor; Manuel Pedroso Marques, oficial do Exército; Antonio José Bravo, industrial; Maria Bravo, doméstica; Jaime Sabino, contabilista; José Martins Valverde, comerciante; José Costa Bastos, técnico electricista; Eugénio Mercês, comerciante; Amílcar Mercês, comerciante; Pelos Portugueses Democratas do Recife: José Morgado, professor universitário; Angelo Ferreira da Silva, comerciante.

O DOCUMENTO ENVIADO AO PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Publicamos abaixo o texto do documento enviado ao deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, presidente da Câmara dos Deputados, documento que foi assinado pelos mesmos democratas que subscreveram a carta remetida ao titular do Itamarati.

Exmo. Senhor Presidente da
Câmara Federal

Excelência:

No momento em que a Mui Digna Casa do Congresso a que V. Exa. preside se prepara para tomar conhecimento da ratificação dos acordos cultural e comercial entre Portugal e o Brasil, as organizações democráticas portuguesas do Brasil, vêm recordar a V. Exa. as objeções que, em devido tempo, apresentaram, quando da assinatura desses documentos.

Em relação ao acordo cultural, lembramos que não poderá interessar ao Brasil o "intercâmbio de pessoas, troca de informações e permuta de material" com um país, como o Portugal de Salazar, onde vigora um regime de Partido único, de censura prévia à Imprensa, de apreensão quotidiana de publicações, de dirigismo cultural, que viciam, logo na base, o espírito do desejado intercâmbio.

Nesse sentido, o Acordo, no seu artigo III, atinge o nível do humor negro quando inclui as Sociedades de Escritores entre as instituições encarregadas de efectuar a permuta de publicações. Só se compreende a inclusão desse item se pensarmos que

o atual governo português julga que o Brasil tem memória fraca e já esqueceu que a única instituição desse género que existia em Portugal, a Sociedade Portuguesa de Escritores, foi assaltada pela Polícia política e compulsoriamente fechada.

Por outro lado, as recentes prisões de intelectuais portugueses, como o escritor Urbano Tavares Rodrigues, e os advogados Mario Soares e Francisco de Souza Tavares, bem como grande número de estudantes, vêm confirmar que o terrorismo cultural continua dominando o nosso país. Além disso, quando se preconiza que cada parte contratante promoverá, no território da outra, o "conhecimento de seu património cultural", ocorre perguntar, sabendo a profundidade do abismo ao longo de 40 anos, entre o aparelho estatal e todas as formas de expressão do pensamento, que património o governo de Salazar apresentará neste país: que pintura, que escultura, que música, que teatro, que cinema, que literatura, os serviços oficiais portugueses poderão trazer ao Brasil, que não sejam a confissão de uma nulidade, ou a repulsa pela estrutura imposta à nação em 1926?

No plano comercial, o Acordo, aparentemente vantajoso para as duas partes, se-lo-á menos se o enquadrarmos na posição de Salazar perante o problema colonial. O ditador português, achando-se no poder há 42 anos, só agora, com suspeito aqodamento, aceitou a possibilidade de criação de zonas francas, abrindo assim a porta para a instalação dos chamados portos francos brasileiros em África. E vem fazê-lo, é evidente, aproveitando a posição de excepcional prestígio de que o Brasil disfruta junto dos países africanos, decorrente dos imperativos morais que nortearam a sua História, e da tradição deste país como defensor da independência e da emancipação dos povos. Trata-se, pois, de uma manobra táctica, imediatamente descoberta, aliás, pelos países africanos.

Com efeito, no dia seguinte à assinatura dos Acórdos, um telegrama provindo de uma nação africana, assinalava: "Os observadores políticos são unânimes na previsão de que o Brasil, ao desejar entrar na África pela mão daquela que é hoje a última das potências colonialistas, compromete gravemente seu prestígio perante as nações do Continente Negro". Pergunta-se aqui, portanto, sabendo que Portugal se acha envolvido em África numa guerra em três frentes — Angola, Moçambique e Guiné — se um Acordo Comercial que aceita portos livres nessas zonas em conflito estará preservando o grande papel que o Brasil tem a desempenhar em África e os verdadeiros interesses dos dois países nesse continente.

Por outro lado, mesmo para aqueles que, levados por interesses comerciais imediatistas, queiram esquecer os imperativos morais ou a realidade histórica, o panorama não é muito sedutor. Também aqui o Acordo é decepcionante para as duas partes contratantes: como se observa na reacção dos países africanos a que fizemos referência, Angola e Moçambique são "mer-

cados com fraco poder aquisitivo"; "os compromissos que ligam Portugal aos países da EFTA e do MCE tornam extremamente problemática a deslocação das importações coloniais portuguesas para a área do Brasil"; "os preços dos produtos industriais brasileiros não são competitivos" e não se vê possibilidade de aquisição pelo Brasil das exportações angolanas ou Moçambicanas, constituídas por produtos que não interessam a este país, como o café, cacau, minério, óleos vegetais, madeiras, diamantes, sizal etc...

Por tudo quanto acabamos de expor, compreende-se que nós, portugueses democratas radicados no Brasil, venhamos apelar para a clarividência e a tradição de luta pela Democracia, sempre demonstradas pela Casa do Congresso a que V. Exa. preside. Mais tarde, quando Portugal se libertar da ditadura que há 42 anos o domina, serão então lançadas as bases de uma Comunidade Lusobrasileira verdadeiramente digna desse nome, que dará corpo ao sonho de todos nós, que aqui lutamos pelo engrandecimento e pela união mais íntima das duas pátrias irmãs.

Um documento idêntico foi endereçado ao presidente do Senado, senador Gilberto Marinho, e cópias dos três endereçados aos líderes das bancadas da ARENA e do MDB na Câmara e no Senado, bem como a numerosos membros das duas Casas do Congresso.

U Thant contra o Colonialismo

Na sessão inaugural de 1968 da Comissão Especial da ONU para a Descolonização, o secretário geral das Nações Unidas, U THANT, declarou: "É lamentável que mais um ano tenha passado sem que se tenha realizado qualquer progresso na aplicação das resoluções das Nações Unidas. O Governo português continua a recusar-se a aplicar o princípio da autodeterminação. A intensificação das operações militares nesses territórios agravou uma situação que o Conselho de Segurança já em 1965 qualificava de séria perturbação à Paz e à Segurança internacional".

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

